
APRESENTAÇÃO

Uma excelente obra vem enriquecer a “Série Direito Financeiro” e, mais do que isso, a doutrina brasileira em matéria de Dívida Pública, um dos mais complexos, importantes e pouco explorados temas da atualidade: *Endividamento público: consequências e seu controle jurídico*, de Andrea Siqueira Martins.

A obra que o leitor tem em mãos – resultado da tese de doutorado defendida por Andrea Siqueira Martins na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – representa uma importante contribuição no processo de ampliação dos horizontes do Direito Financeiro contemporâneo.

A relevância do endividamento público como tema jurídico, econômico e institucional é indiscutível. Sua centralidade nas políticas públicas, na execução orçamentária e na própria configuração do Estado de bem-estar social impõe um olhar crítico e aprofundado por parte das ciências jurídicas, especialmente no que tange à sua regulação e aos mecanismos de controle que asseguram a legalidade, a legitimidade e a responsabilidade na gestão da coisa pública.

A autora propõe uma abordagem que alia rigor jurídico à necessária abertura interdisciplinar. Partindo do pressuposto de que o endividamento público transcende a mera dimensão fiscal e atinge diretamente a concretização de direitos fundamentais e a estabilidade institucional, o trabalho propõe um diálogo produtivo entre o Direito, a Economia e a Administração Pública. Sem perder de vista a especificidade metodológica do Direito, a obra reconhece a relevância dos dados empíricos e das premissas teóricas oriundas das ciências econômicas para a compreensão integral do fenômeno jurídico-financeiro.

Trata-se de uma abordagem que poucos acadêmicos reúnem talento e competência para realizar – como é o caso da autora. Andrea Siqueira Martins possui sólida formação acadêmica não apenas em Direito, mas também em Economia, demonstrando domínio e desenvoltura no manejo dos conceitos de ambas as áreas, cuja articulação é essencial para a compreensão do tema de sua tese. Essa combinação é justamente o que confere à obra o caráter de destaque e a qualifica como referência na matéria.

Organizado em quatro capítulos, o livro percorre desde os fundamentos conceituais do crédito público, da dívida pública e das operações de crédito, até o exame das principais correntes econômicas sobre o tema, abordando, com especial cuidado, as implicações do endividamento para a justiça intergeracional, os riscos democráticos associados à austeridade fiscal e a necessidade de maior controle e transparência sobre as renúncias de receita. O ponto alto da obra reside na análise jurídica do controle do endividamento público, com ênfase no papel do Tribunal de Contas da União, na atuação do Banco Central e nas possibilidades – e limites – do controle judicial de políticas macroeconômicas.

A análise do controle do endividamento ganha especial relevo na obra, refletindo a sólida experiência da autora, que integra há mais de uma década o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, onde atualmente atua como Conselheira Substituta – cargo obtido por concurso público. Esse percurso institucional lhe confere conhecimentos técnicos profundos, que contribuem significativamente para a qualidade ímpar de seu trabalho.

Merece destaque também a reflexão crítica, mas ao mesmo tempo propositiva, que a obra apresenta. A autora identifica assimetrias normativas relevantes entre os mecanismos de controle da política fiscal e da política monetária e propõe critérios interpretativos e institucionais para que o controle externo – especialmente o jurisdicional – possa ser exercido de forma técnica, equilibrada e democrática. Mostra que o endividamento público é um fenômeno de alta complexidade, que exige respostas jurídicas mais estruturadas, com o fortalecimento do controle externo e do controle jurisdicional, sem comprometer a autonomia dos poderes, mas garantindo a sustentabilidade fiscal com justiça social. Ao fazê-lo, insere-se na melhor tradição do pensamento jurídico-financeiro comprometido com a governança pública, a justiça fiscal e a efetividade constitucional.

Esta obra é, sem dúvida, uma contribuição sólida, madura e necessária para os estudos jurídicos sobre o Estado contemporâneo e o controle da atividade financeira estatal, em particular no campo do Direito Financeiro, e para a reflexão crítica sobre os rumos da política econômica brasileira. Trata-se de um trabalho que interessa não apenas à comunidade acadêmica, mas também aos operadores do Direito, aos gestores públicos, aos auditores de controle externo e a todos aqueles

comprometidos com a construção de instituições mais transparentes, responsáveis e comprometidas com o interesse público.

Que este livro possa servir como fonte de estudo, reflexão e ação, estimulando o aprofundamento do debate sobre o papel do Estado na sociedade contemporânea e sobre os mecanismos jurídicos necessários para assegurar um modelo de desenvolvimento econômico e fiscal fundado nos valores democráticos, na justiça distributiva e na efetividade dos direitos fundamentais, bem como voltado à construção de um novo Direito Financeiro à altura dos desafios de nosso tempo.

José Maurício Conti

Coordenador da Série Direito Financeiro.

Professor da Universidade de São Paulo.

Doutor e Livre-docente em Direito Financeiro.

